



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V.
Proc. Nº 1009, 21
Fls. 01
Resp. _____

LIDO EM SESSÃO DE 02/03/21.
Encaminhe-se à (s) Comissão (ões):

- Justiça e Redação
 Finanças e Orçamento
 Obras e Serviços Públicos
 Cultura, Denominação e Ass. Social

Presidente

Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

PROJETO DE LEI Nº 53 /2021

Excelentíssimo senhor Presidente da Egrégia Câmara Municipal,
Excelentíssimos senhores Vereadores,

Com a presente justificativa, encaminho à elevada apreciação desta Colenda Casa de Leis, o incluso projeto de lei que denomina "Nilza Aparecida Ferreira Falsarella" a Rua 11, do loteamento Sítios de Recreio dos Cafezais, Bairro Vale do Itamaracá, com início na Rua Maria Helena Gasparini Lando e término na Alameda Itatuba, requerendo a sua aprovação e remessa ao excelentíssimo senhor Prefeito Municipal, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Valinhos, consoante os termos seguintes.

Em atenção à Lei Municipal nº 2376, de 22 de maio de 1991, são apresentados em anexo: projeto de lei, atestado de óbito, descrição e croqui da localização do logradouro supracitado, trazendo abaixo na justificativa desta propositura a biografia sintética da saudosa e ilustre homenageada com a presente medida.

Justificativa:

Nilza Aparecida Ferreira Falsarella, a nossa homenageada, nasceu em 27 de janeiro de 1927 na cidade de Cosmópolis, deste estado de São Paulo, filha do meio de Joaquim Ferreira e Antonia Lucia Nallin.

PROJETO DE LEI

Nº 53 / 21

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO
RUA ÂNGELO ANTÔNIO SCHIAVINATO, Nº 59 - RESIDENCIAL SÃO LUIZ - CEP 13270-470 - VALINHOS - SP
FONE (19) 3829-5355 - FAX (19) 3829-5355 - WWW.CAMARAVALINHOS.SP.GOV.BR

895/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Foi casada com Antônio Falsarella, de cuja união nasceu a filha Maria Lucia Falsarella, administradora de empresas e servidora pública inativa municipal.

A homenageada, logo após o seu nascimento, foi morar com os pais e sua irmã mais velha em Joaquim Egídio, subdistrito de Campinas, próximo dos seus tios por parte de mãe.

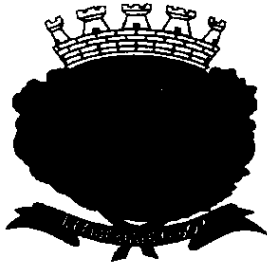
Com seis anos de idade ficou órfã do pai. Nessa época sua irmã mais nova estava com apenas nove meses de idade. Nilza, sua mãe e as duas irmãs passaram por uma situação difícil, mas foram apoiadas pelos tios e primos para poder enfrentar a vida e contornar os obstáculos que esta lhes oferecia.

Em 1939, sua mãe, em busca de novas oportunidades e, sobretudo, visando uma vida melhor, mudou-se para São Paulo, capital, a convite do irmão João. Ele, sendo proprietário de uma alfaiataria, ofereceu a oportunidade de ensinar a profissão para as meninas.

Na época, sua irmã Nair, com 13 anos, foi ajudar o tio na alfaiataria, mas nossa homenageada, com 12 anos, quis ir tentar outro ofício. Foi trabalhar em uma oficina, no bairro do Brás, onde aprendeu a bordar em máquina industrial. Revelando-se apaixonada pela profissão se tornou uma das melhores bordadeiras da oficina.

Ensinou a profissão para sua irmã mais nova, Antônia; compraram duas máquinas industriais de bordar e começaram a prestar serviços a várias lojas de enxoval dos bairros Brás e Bom Retiro.

Em 1953 casou-se, mas continuou morando e trabalhando com sua irmã e mãe. Em 1955 sua irmã Antônia casou-se e decidiram morar juntas até comprarem um imóvel para cada uma ter sua própria casa.



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

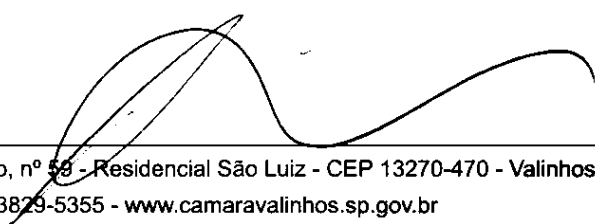
Em 1984 Nilza e seu marido, Antônio, já aposentado, resolveram deixar São Paulo e voltar para o interior. Por influência da família de seu marido, compraram uma casa em Valinhos, no bairro Vera Cruz, onde moraram até seu falecimento.

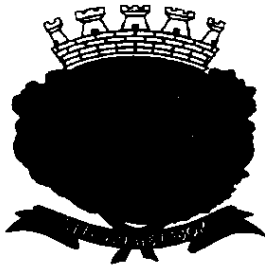
Mesmo morando em Valinhos Nilza continuou bordando para lojas de São Paulo e também para lojas da região de Campinas. Sua paixão pela profissão fez com que ensinasse a profissão para várias sobrinhas, as quais, por muito tempo, ajudaram, com a renda auferida desse mister, seus maridos a manter a casa e educar os filhos, como ela mesmo fez.

Com o tempo e as amizades adquiridas no bairro, participou ativamente no Centro Comunitário, frequentando o Clube de Mães, as missas aos sábados e as festas promovidas pela comunidade Santa Cruz.

A homenageada, notoriamente reconhecida em nossa cidade, chegou a fazer uma bandeira de Valinhos para atender à honrosa encomenda do Poder Público Municipal, nos idos de 1994, bordando-a lindamente, podendo-se notar, apenas de se olhar para o exuberante trabalho, o inegável carinho que transbordava dos tecidos ali ativamente costurados, bem como sua ímpar e elevada competência para a missão que lhe foi confiada, em linda homenagem feita de forma única e personalizada especialmente para esta cidade e comunidade valinhense.

De fato, desde muito menina aprendeu e se apaixonou pela profissão de bordadeira o que fez nossa homenageada ser reconhecida por muitos como "uma verdadeira artista". Nilza, mulher guerreira, empreendedora, obstinada e independente. Uma pessoa com ideias legítimas e avançadas para sua época.





C.M.V.
Proc. Nº 1001/21
Fls. 04
Resp. 

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Nossa homenageada deixou a convivência da família, dizendo adeus à comunidade que tanto amou e de quem tanto carinho recebeu, no dia 15 de novembro de 2014, aos 87 anos.

Pelo exposto e por muito mais que o papel não poderá traduzir, visto que quem conheceu a homenageada sabe da vontade de servir que emanava da sua pessoa, do bem que praticava, nunca esmorecendo e convivendo com as comunidades locais, sempre prestando serviços graciosamente, buscando melhorar a qualidade de vida das pessoas com quem conviveu, conto com o imprescindível apoio de Vossa Excelência e dos demais Pares que compõem o alto Corpo Legislativo do Município para a aprovação desta singela, mas significativa homenagem póstuma à digna pessoa da saudosa e ilustríssima senhora Nilza Aparecida Ferreira Falsarella.

Valinhos, 26 de fevereiro de 2021.


Aldemar Veiga Junior
Vereador - DEM

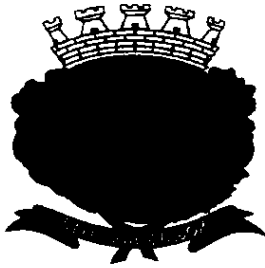
Nº do Processo: 1001/2021

Data: 02/03/2021

Projeto de Lei nº 53/2021

Autoria: VEIGA

Assunto: Denomina a Rua 11 do loteamento Sítios de Recreio dos Cafezais. Bairro Vale do Itamaracá.



C.M.V.
Proc. Nº 10011/21
Fls. 03
Resp. (signature)

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 53/2021

“Denomina ‘Nilza Aparecida Ferreira Falsarella’ a Rua 11, do loteamento Sítios de Recreio dos Cafezais, Bairro Vale do Itamaracá, com início na Rua Maria Helena Gasparini Lando e término na Alameda Itatuba”.

LUCIMARA GODOY VILAS BOAS, Prefeita do Município de Valinhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

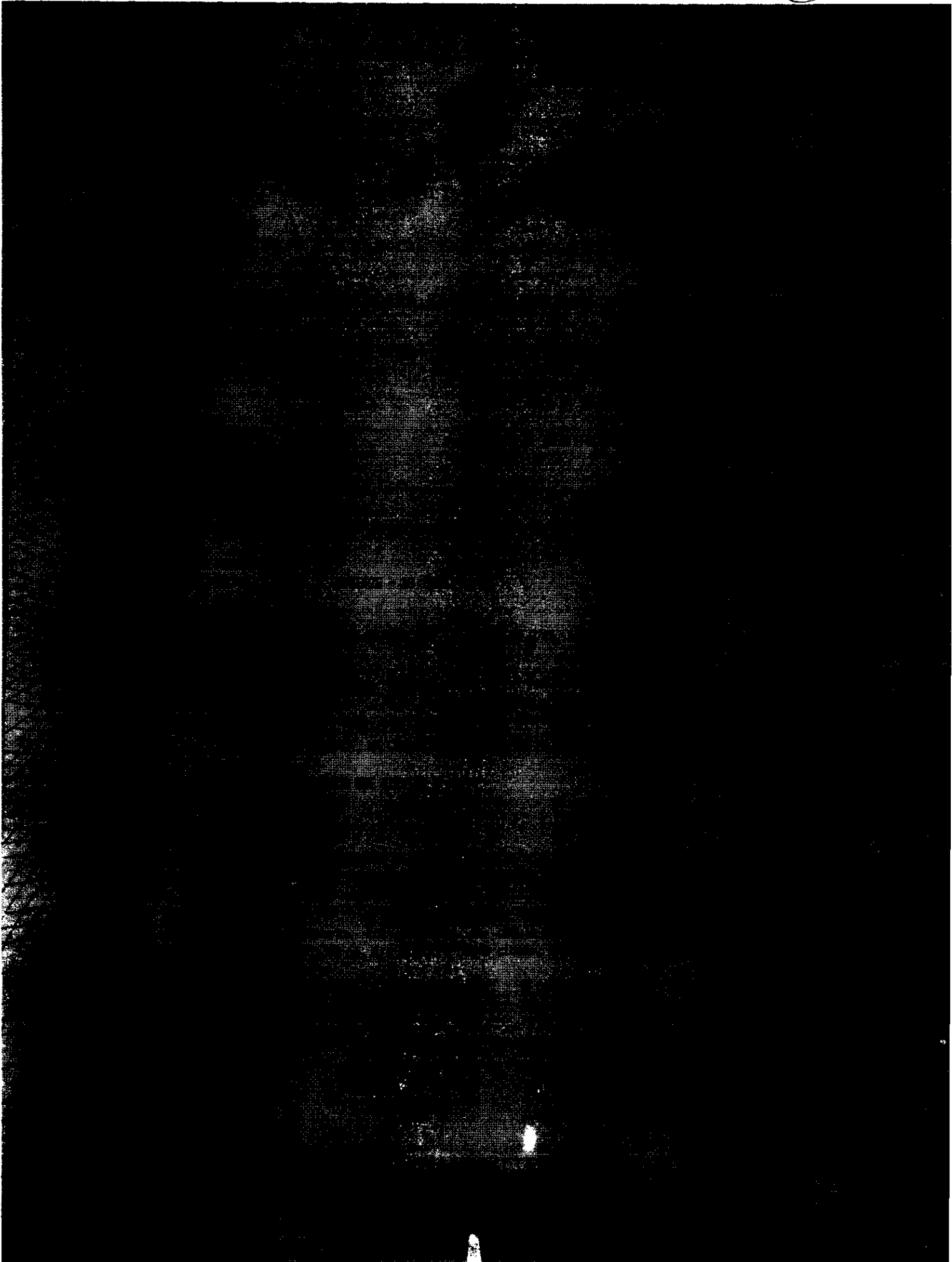
Art. 1º. É denominada **Nilza Aparecida Ferreira Falsarella** a Rua 11, do loteamento Sítios de Recreio dos Cafezais, Bairro Vale do Itamaracá, com início na Rua Maria Helena Gasparini Lando e término na Alameda Itatuba.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Valinhos,
aos

LUCIMARA GODOY VILAS BOAS
Prefeita Municipal

C.M.V.
Proc. Nº 10011 21
Fls. 06
Resp. [Signature]



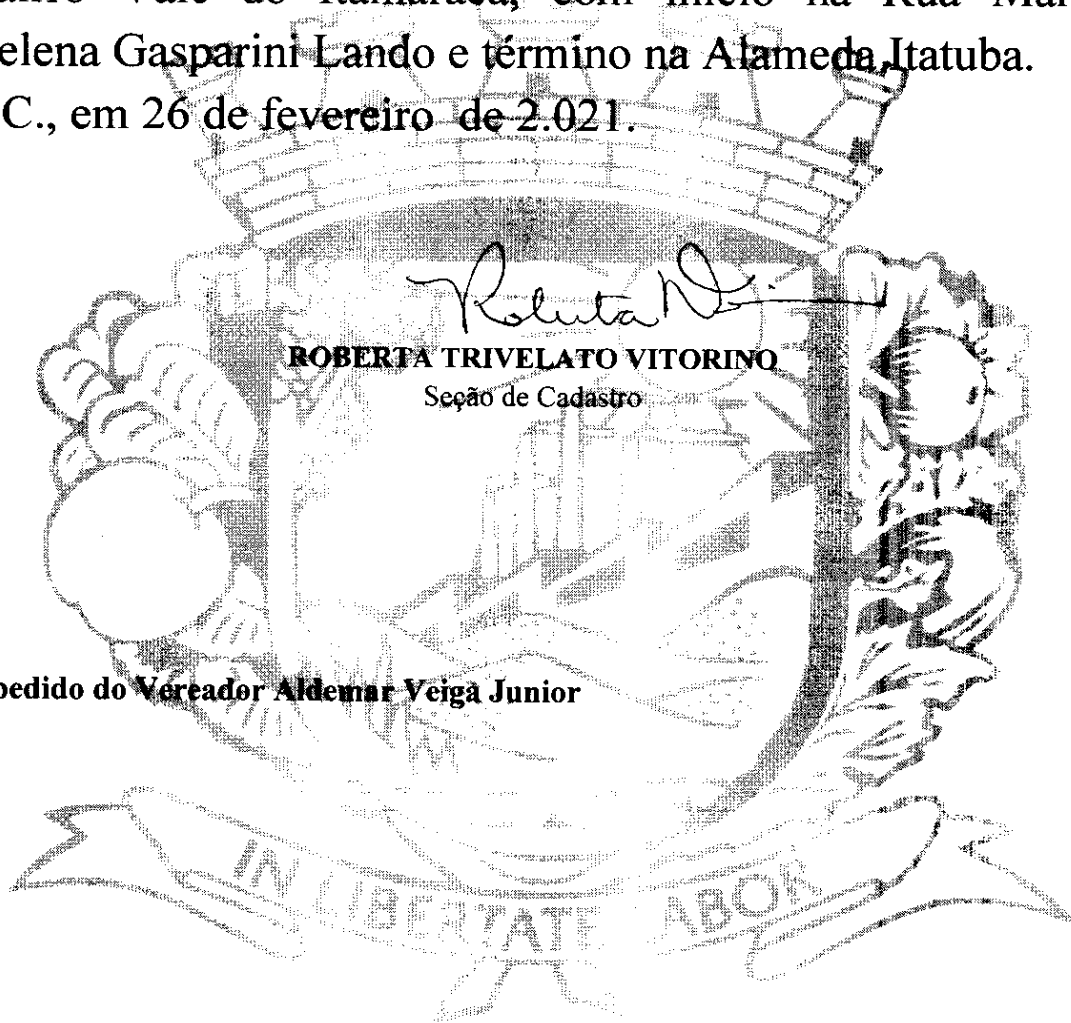


PREFEITURA DE
VALINHOS

C.M.V.
Proc. Nº 9001, 29
Fls. 07
Resp.

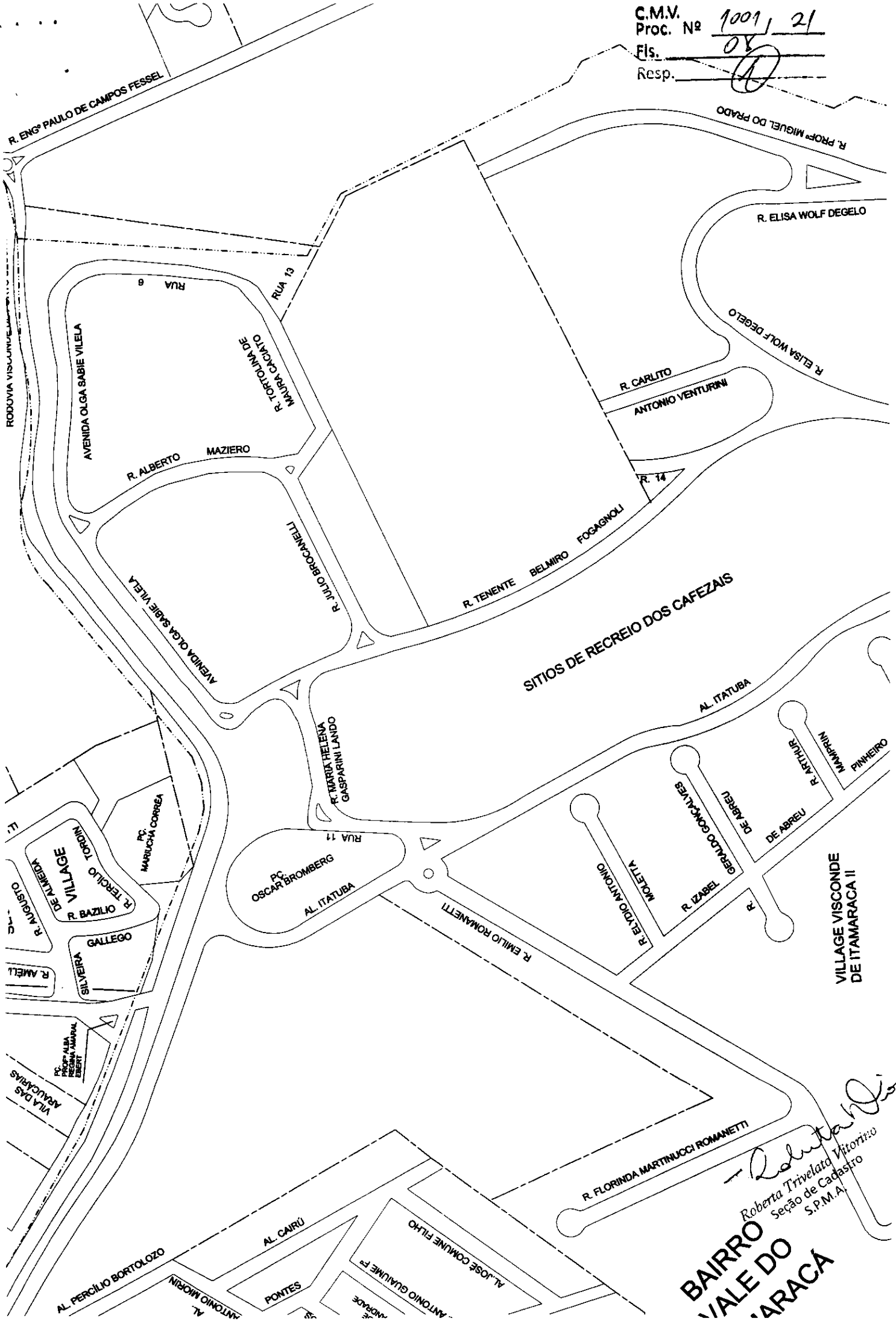
DENOMINAÇÃO DE RUA

RUA 11, do loteamento Sítios de Recreio dos Cafezais ,
Bairro Vale do Itamaracá, com início na Rua Maria
Helena Gasparini Lando e término na Alameda Itatuba.
S.C., em 26 de fevereiro de 2.021.

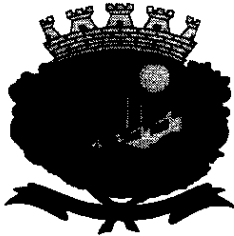


A pedido do Vereador Aldemar Veigã Junior

C.M.V. Nº 1001 / 21
Proc. Nº 08
Fis. _____
Resp. _____



Roberto Trivelato
Roberto Trivelato
Seção de Cadastro
S.P.M.A.
BAIRRO VALE DO ARACÁ



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V. Proc. Nº 1001, 21
Fls. 09
Resp. _____

**Comissão de Cultura, Denominação de Logradouros
Públicos e Assistência Social**

Parecer ao Projeto de Lei nº 53/2021

Ementa do Projeto: Denomina a Rua 11 do loteamento Sítios de Recreio dos Cafezais. Bairro Vale do Itamaracá.

DELIBERAÇÃO		
PRESIDENTE	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
 Ver. Alécio Cau	(X)	()
MEMBROS	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
 Ver. Aldemar Veiga Júnior	(X)	()
 Ver. André Leal Amaral	(X)	()
 Ver. Marcelo Sussumu Yanachi Yoshida	(X)	()
 Ver. Mônica Morandi	(X)	()

Valinhos, 09 de Março de 2021.

Parecer: A Comissão analisou nesta data o referido Projeto e quanto ao seu mérito dá o seu PARECER Favorável.

LIDO (GTP) _____
Franklin Duarte de
Presidente
Câmara Municipal de

(Observações: _____)



C.M.V.
Proc. Nº 1009,21
Fls. 10
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer Jurídico nº 152/2021

Assunto: Projeto de Lei nº 53/2021 – Aatoria do Vereador Aldemar Veiga Júnior- Denomina 'Nilza Aparecida Ferreira Falsarella' a Rua 11, do loteamento Sítios de Recreio dos Cafezais, Bairro Vale do Itamaracá, com início na Rua Maria Helena Gasparini Lando e término na Alameda Itatuba.

À Comissão de Justiça e Redação

Exmo. Presidente Vereador Sidmar Rodrigo Tolo

Trata-se de parecer jurídico relativo ao projeto em epígrafe que *"Denomina 'Nilza Aparecida Ferreira Falsarella' a Rua 11, do loteamento Sítios de Recreio dos Cafezais, Bairro Vale do Itamaracá, com início na Rua Maria Helena Gasparini Lando e término na Alameda Itatuba"*.

Ab initio, cumpre destacar a competência regimental da Comissão de Justiça e Redação, estabelecida no artigo 38.

Outrossim, ressalta-se que a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, sendo meramente opinativo não fundamentando decisão proferida pelas Comissões e/ou nobres vereadores.

Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento,

Página 1 de 9



C.M.V.
Proc. Nº 1001/21
Fls. 11
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

Desta feita, considerando os aspectos constitucionais, passamos a **análise técnica** do projeto em epígrafe solicitado.

No tocante à matéria os Municípios foram dotados de autonomia legislativa, que vem consubstanciada na capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, inciso I da CRFB/88), como no caso em questão.

Dispõe o art. 8º, XVI, da Lei Orgânica do Município, bem como o art. 26, do Regimento Interno desta Casa de Leis que o Legislativo Municipal pode denominar vias e logradouros públicos obedecidos às normas urbanísticas aplicáveis, sendo referida competência concorrente com o Prefeito.

Artigo 8º - Cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, observadas as determinações e a hierarquia constitucional, suplementar a legislação Federal e Estadual e fiscalizar, mediante controle externo, a administração direta ou indireta, as fundações e as empresas em que o Município detenha a maioria do capital social com direito a voto, especialmente:

(...)

XVI - legislar sobre a denominação de próprios, bairros, vias e logradouros públicos;

Artigo 26 - À Câmara cabe legislar, com a sanção do Prefeito, sobre as matérias de competência do Município, especialmente:

(...)



C.M.V.
Proc. Nº 1001, 21
Fls. 12
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

XIV - autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

A Lei Municipal nº 2.376, de 22 de maio de 1991 fixa normas para apresentação de projetos de lei relativos à denominação de logradouros públicos:

Art. 1º *Os projetos de denominação de logradouros públicos deverão atender as seguintes exigências:*

I – vir acompanhado de biografia do cidadão ou instituição a que se pretende homenagear, com relação dos serviços prestados à comunidade, cargos ocupados, dedicação à causa pública, exemplo de cidadania e outras qualidades que devem ser destacados;

II – conter apenas uma denominação de logradouro em cada projeto;

III – ser o cidadão homenageado pessoa já falecida há pelo menos noventa dias;

IV – que não exista outros logradouros públicos com o nome da pessoa ou instituição proposta.

No mesmo sentido temos as previsões constantes do Regimento Interno:

Art. 41. *Compete à Comissão de Cultura, Denominação de Logradouros Públicos e Assistência Social:*

(...)

§ 1º. *Para que o projeto de denominação de logradouro público possa receber parecer da Comissão, deverá atender, obrigatoriamente, às seguintes exigências:*



C.M.V.
Proc. Nº 1001, 71
Fls. 13
Resp. (10)

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

I - vir acompanhado de biografia completa do cidadão ou instituição a que se pretende homenagear, com relação dos serviços prestados à comunidade, cargos ocupados, dedicação à causa pública, exemplo de cidadania e outras qualidades que devam ser destacadas;

II - conter apenas uma denominação de logradouro em cada projeto;

III - ser a homenageada pessoa já falecida há pelo menos noventa dias; e

IV - que não exista outro logradouro público com o nome da pessoa ou instituição proposta.

§ 2º. O autor do projeto de denominação de logradouro público terá que obedecer ao prazo de trinta dias entre uma e outra proposição, a contar da data firmada no protocolo da Secretaria Administrativa da Câmara.

Consta do processo legislativo o parecer da Comissão de Cultura, Denominação de Logradouros Públicos e Assistência Social, razão pela qual depreende-se que já foi realizada a verificação dos requisitos legais.

Ademais, a matéria tratada na propositura em análise não está inserida no rol *numerus clausus* que confere iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo nos processos legislativos (art. 61, CF; art. 24, § 2º da Constituição Bandeirante; e art. 48, da LOM).

O Supremo Tribunal Federal, em sede de Recurso Extraordinário com repercussão geral reconhecida, assentou entendimento no sentido da existência de uma coabitação normativa entre os Poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal), para o exercício da competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações:



C.M.V.
Proc. Nº 1001,31
Fls. 74
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

03/10/2019

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.151.237 SÃO PAULO

RELATOR: MIN. ALEXANDRE DE MORAES

RECTE. (S): MESADA CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ADV.(A/S): ALMIR ISMAEL BARBOSA

ADV.(A/S): MARCIA PEGORELLI ANTUNES

RECDO. (A/S): PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

LIT.PAS.: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOROCABA

ADV.(A/S): GUSTAVO PORTELA BARATA DE ALMEIDA

Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. COMPETÊNCIA PARA DENOMINAÇÃO DE PRÓPRIOS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E SUAS ALTERAÇÕES. COABITAÇÃO NORMATIVA ENTRE OS PODERES EXECUTIVO (DECRETO) E O LEGISLATIVO (LEI FORMAL), CADA QUAL NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.

1. *Tem-se, na origem, ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em face do art. 33, XII, da Lei Orgânica do Município de Sorocaba, que assim dispõe: "Art.33. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte: (...) XII – denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações".*

2. *Na inicial da ação direta, a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo sustenta que tal atribuição é privativa do Chefe do Poder Executivo.*

3. *O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou procedente a ação no ponto, por considerar que a denominação de vias públicas compete tanto ao Poder Legislativo, quanto ao Executivo. Assim, reputou*



CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

inconstitucional a norma, porque concede tal prerrogativa unicamente à Câmara Municipal.

4. A Constituição Federal consagrou o Município como entidade federativa indispensável ao nosso sistema federativo, integrando-o na organização político-administrativa e garantindo-lhe plena autonomia, como se nota na análise dos artigos 1º, 18, 29, 30 e 34, VII, c, todos da Constituição Federal.

5. As competências legislativas do município caracterizam-se pelo princípio da predominância do interesse local, que, apesar de difícil conceituação, refere-se àqueles interesses que disserem respeito mais diretamente às suas necessidades imediatas.

6. A atividade legislativa municipal submete-se à Lei Orgânica dos municípios, à qual cabe o importante papel de definir, mesmo que exemplificativamente, as matérias de competência legislativa da Câmara, uma vez que a Constituição Federal (artigos 30 e 31) não as exaure, pois usa a expressão interesse local como catalisador dos assuntos de competência municipal. Essa função legislativa é exercida pela Câmara dos Vereadores, que é o órgão legislativo do município, em colaboração com o prefeito, a quem cabe também o poder de iniciativa das leis, assim como o poder de sancioná-las e promulgá-las, nos termos propostos como modelo, pelo processo legislativo federal.

7. A Lei Orgânica do Município de Sorocaba, ao estabelecer, em seu artigo 33, inciso XII, como matéria de interesse local, e, conseqüentemente, de competência legislativa municipal, a disciplina de denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, representa legítimo exercício da competência legislativa



C.M.V. 1009, 21
Proc. Nº 16
Fls. _____
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

municipal. Não há dúvida de que se trata de assunto predominantemente de interesse local (CF, art. 30, I).

8. Por outro lado, a norma em exame não incidiu em qualquer desrespeito à Separação de Poderes, pois a matéria referente à “denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações” não pode ser limitada tão somente à questão de “atos de gestão do Executivo”, pois, no exercício dessa competência, o Poder Legislativo local poderá realizar homenagens cívicas, bem como colaborar na concretização da memorização da história e da proteção do patrimônio cultural imaterial do Município.

9. Em nenhum momento, a Lei Orgânica Municipal afastou expressamente a iniciativa concorrente para propositura do projeto de lei sobre a matéria. Portanto, deve ser interpretada no sentido de não excluir competência administrativa do Prefeito Municipal para a prática de atos de gestão referentes a matéria; mas, também, por estabelecer ao Poder Legislativo, no exercício de competência legislativa, baseada no princípio da predominância do interesse, a possibilidade de edição de leis para definir denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações.

10. Recurso Extraordinário provido, para declarar a constitucionalidade do art. 33, XII, da Lei Orgânica do Município de Sorocaba, concedendo-lhe interpretação conforme à Constituição Federal, no sentido da existência de uma coabitação normativa entre os Poderes Executivo (decreto) e o Legislativo (lei formal), para o exercício da competência destinada a “denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações”, cada qual no âmbito de suas atribuições.



C.M.V.
Proc. Nº 1001,21
Fls. 17
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

11. Fixada a seguinte tese de Repercussão Geral: "É comum aos poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal) a competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições".

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Plenário, sob a Presidência do Senhor Ministro DIAS TOFFOLI, em conformidade com a ata de julgamento e as notas taquigráficas, preliminarmente, por unanimidade, reconheceu a existência de matéria constitucional e de repercussão geral. Por maioria, vencidos os Ministros ROBERTO BARROSO e MARCO AURÉLIO, deram provimento ao recurso extraordinário para declarar a constitucionalidade do art. 33, XII, da Lei Orgânica do Município de Sorocaba, concedendo-lhe interpretação conforme à Constituição Federal, no sentido da existência de uma coabitação normativa entre os Poderes do Executivo (decreto) e o Legislativo (lei formal), para o exercício da competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições, nos termos do voto do Relator, em que foi fixada a seguinte tese: "É comum aos poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal) a competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições". Não participou, justificadamente, deste julgamento, a Ministra CÁRMEN LÚCIA. Ausentes, justificadamente, os Ministros CELSO DE MELLO e RICARDO LEWANDOWSKI.

Brasília, 3 de outubro de 2019.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator



C.M.V.
Proc. Nº 1001, 21
Fls. 18
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Por fim, no que tange à forma o projeto atende aos preceitos da Lei Complementar nº 95/98 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Ante o exposto, sob o aspecto enfocado, a proposta reúne condições de legalidade e constitucionalidade, **quanto ao mérito, manifestar-se-á o soberano Plenário.**

É o parecer.

Procuradoria, aos 09 de abril de 2021.


Rosemeire de Souza Cardoso Barbosa
Procuradora – OAB/SP 308.298



C.M.V.
Proc. Nº 1001, 21
Fls. 49
Resp. [assinatura]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

Comissão de Justiça e Redação

Parecer ao Projeto de Lei n.º 53 /2021

Ementa : Que “Denomina “Nilza Aparecida Ferreira Falsarella” a Rua 11, do loteamento Sítios de Recreio dos Cafezais, Bairro Vale do Itamaracá, com início na Rua Maria Helena Gasparini Lando e término na Alameda Itatuba”.

DELIBERAÇÃO		
PRESIDENTE	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
 Ver. Rodrigo Toloí	(X)	()
MEMBROS	A FAVOR DO PROJETO	CONTRA O PROJETO
 Ver. André Amaral	(X)	()
 Ver. Fábio Damasceno	(X)	()
 Ver. Roberson Salame	(X)	()
 Ver. Mayr	(X)	()

Valinhos, 19 de abril de 2021.

Parecer: A Comissão analisou nesta data o referido Projeto de Lei e quanto ao seu mérito relativo a Justiça e Redação, dá o seu **PARECER FAVORÁVEL**.

LIDO (EX) EM SESSÃO DE 20/04/21

Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

(Observações: _____)



C.M.V. 1001, 21
Proc. Nº 20
Fls. 20
Resp. [Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

PARA ORDEM DO DIA DE 20, 04, 21

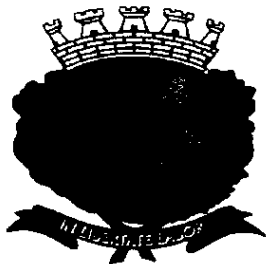
[Signature]
Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

Aprovado por unanimidade e dispensado de Segunda Discussão em sessão de 20/04/21
Providencie-se e em seguida archive-se.

[Signature]
Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

Segue Autógrafo nº 32 / 21

[Signature]
Franklin Duarte de Lima
Presidente
Câmara Municipal de Valinhos

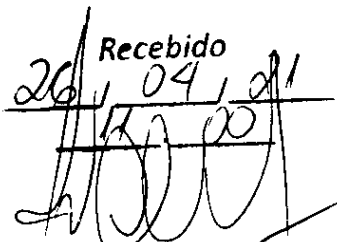


C.M.V. Proc. Nº 1001, 21
Fls. 21
Resp. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

P.L. 53/21 - Autógrafo nº 32/21 - Proc. nº 1001/21 - CMV

Recebido
26/04/21

EVANDRO RÉGIS ZANI
Subchefe do Gabinete da Prefeita
Respondendo pelo D.T.L/S.A.J.I

LEI Nº

Denomina Nilza Aparecida Ferreira Falsarella a Rua 11 do loteamento Sítios de Recreio dos Cafezais, Bairro Vale do Itamaracá, com início na Rua Maria Helena Gasparini Lando e término na Alameda Itatuba.

LUCIMARA GODOY VILAS BOAS, Prefeita do Município de Valinhos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 80, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

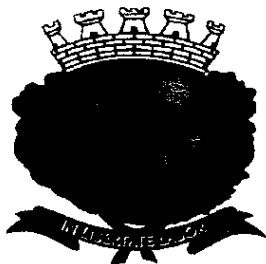
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. É denominada Nilza Aparecida Ferreira Falsarella a Rua 11 do loteamento Sítios de Recreio dos Cafezais, Bairro Vale do Itamaracá, com início na Rua Maria Helena Gasparini Lando e término na Alameda Itatuba.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Valinhos,
aos

LUCIMARA GODOY VILAS BOAS
Prefeita Municipal



C.M.V.
Proc. Nº 1001, 21
Fls. 22
Resp. [Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

P.L. 53/21 - Autógrafo nº 32/21 - Proc. nº 1001/21 - CMV

fl. 02

Câmara Municipal de Valinhos,
aos 20 de abril de 2021.

Franklin Duarte de Lima
Presidente

Luiz Mayr Neto
1º Secretário

Simone Aparecida Bellini Marcatto
2ª Secretária